

RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO DO PARLAMENTO EUROPEU**DESTINADO AO COMISSÁRIO INDIGITADO****Margaritis SCHINAS****Vice-Presidente indigitado responsável pela Proteção do Modo de Vida Europeu****1. Competência geral, empenho europeu e independência pessoal**

Quais são os aspetos das suas qualificações e experiência pessoais que considera particularmente relevantes para vir a ser Comissário e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? Quais são as suas motivações? De que modo contribuirá para a apresentação da agenda estratégica da Comissão? Como tenciona aplicar na prática a integração da perspectiva de género e integrar esta última em todas as áreas políticas da sua pasta? Que garantias de independência pode dar ao Parlamento Europeu e como tenciona assegurar que nenhuma das suas atividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?

A minha convicção em relação ao projeto europeu tem sido estruturante para a minha vida desde os meus tempos de estudante e ao longo de toda a minha carreira, que dediquei inteiramente ao serviço das instituições europeias. Quando testemunhei a adesão do meu país à União Europeia, estava prestes a iniciar a universidade e senti que essa seria a maior causa da minha geração.

Se for confirmado como membro do colégio de comissários, tenciono investir toda a minha experiência e conhecimento das instituições em benefício dos nossos trabalhos e colaborar com os meus colegas no sentido de assegurar o cumprimento da nossa agenda comum. Disponho de uma experiência alargada numa vasta gama de domínios políticos e em relação ao funcionamento das instituições, experiência essa que poderei fazer valer. Trabalho na Comissão Europeia há quase 30 anos, principalmente em cargos superiores de chefia, e servi o Parlamento Europeu na qualidade de deputado de 2007 a 2009.

Através das diversas funções que exerci, tive a oportunidade de ajudar a concretizar projetos que considero cruciais para a Europa em domínios que vão dos transportes à energia, passando pelos assuntos económicos, pela saúde e pelos consumidores. No meu mais recente papel de porta-voz principal da Comissão Europeia, ao longo dos últimos cinco anos, tive ocasião de me familiarizar com todos os domínios do trabalho da Comissão, em todos os países da União Europeia. Durante este período, os domínios da migração e da segurança estiveram no topo da agenda política, juntamente com o emprego, o crescimento, a diversidade e a inclusão.

Enquanto deputado ao Parlamento Europeu, familiarizei-me com o seu funcionamento, o que representa um privilégio para um membro do colégio, uma vez que acredito firmemente na importância da responsabilização e da solidez das relações interinstitucionais. Como membro da Comissão dos Orçamentos, na altura, tive permanentemente presente a importância de gerir o dinheiro dos contribuintes europeus de forma estratégica e responsável — como

aconteceu, por exemplo, quando fui relator para o processo de financiamento do Galileo e relator-sombra no processo de adoção do orçamento da UE para 2009.

Se vier a ser confirmado como vice-presidente, tenciono também mobilizar todos os conhecimentos das políticas europeias que tive a oportunidade de reunir no sentido de fornecer orientações em todos os domínios abrangidos pela minha pasta. Durante a Comissão Barroso I, por exemplo, na minha qualidade de chefe de gabinete do comissário responsável pela Saúde e Defesa do Consumidor, trabalhei para garantir que a segurança dos alimentos continuasse a ser uma das marcas distintivas da Europa, orientando a gestão de crises importantes como a propagação da gripe aviária e ajudando a manter importantes relações comerciais num setor fundamental para a economia europeia. No domínio da saúde pública, trabalhei em apoio dos Estados-Membros na luta contra as doenças crónicas.

Acredito que um membro do colégio deverá igualmente ajudar a manter a solidariedade que está no ADN da União Europeia, especialmente em momentos de crise e quando os nossos Estados-Membros mais precisam dessa mesma solidariedade. A título de exemplo, durante a Comissão Barroso II coordenei no terreno os trabalhos das equipas da *task force* da Comissão para a Grécia. Em particular, ajudámos as autoridades gregas a definir em pormenor a assistência técnica necessária para apoiar os esforços da Grécia no sentido do regresso ao crescimento sustentável e à criação de emprego, o que foi possível graças à solidariedade da União.

Estas experiências permitiram-me adquirir um conhecimento aprofundado do funcionamento das instituições europeias, para além de uma enorme admiração pelos resultados que conseguem alcançar. Trabalhando em conjunto podemos mover montanhas, simplesmente olhando para o mundo como ele poderia ser e não apenas como ele é. É isso que me motiva.

Na qualidade de vice-presidente, trabalharei em conjunto com os outros comissários membros do meu grupo, com todas as comissões pertinentes do Parlamento Europeu e com os governos dos Estados-Membros da UE. Tenciono igualmente aplicar a minha experiência de comunicação, participando nos diálogos com os cidadãos de modo a auscultar as expectativas das pessoas nas áreas cobertas pela minha pasta. Tenciono investir os conhecimentos que adquiri ao longo da minha carreira como funcionário, deputado ao PE, gestor e membro da equipa próxima do atual presidente da Comissão para ajudar o novo colégio a elaborar uma agenda política orientada em função dos debates com as outras instituições e das expectativas dos nossos cidadãos.

As orientações políticas da presidente eleita Ursula von der Leyen constituem a base para os nossos trabalhos com o Parlamento Europeu, e comprometo-me a cumprir integralmente o papel que me incumbir nesse processo. As responsabilidades da pasta que me foi atribuída na qualidade de vice-presidente indigitado abrangem as áreas da educação e cultura, do emprego, da segurança, da migração e da saúde e igualdade, mas o fio condutor de todas essas funções são as pessoas. Devemos defender a premissa simples, mas essencial, de que toda a gente tem a sua importância. De que ninguém deve ser deixado para trás e que todos devem ter acesso aos mesmos direitos e oportunidades. Caso venha a ser confirmado como membro do colégio, quero construir uma União igualitária, em que todas as pessoas tenham acesso aos mesmos direitos e oportunidades.

Promoverei a igualdade de género em todos os domínios da minha responsabilidade: coordenando e aplicando uma estratégia para a igualdade de género; trabalhando no sentido

de promover um salário igual para trabalho igual, independentemente do género; promovendo a igualdade de acesso à saúde e à educação e combatendo as práticas de migração discriminatórias, tanto na União como fora dela. Enquanto gestor e político, nos domínios em que tive a oportunidade de trabalhar e nas equipas que tive a responsabilidade de formar, sempre apliquei a igualdade de género, e tenciono continuar a fazer o mesmo com a minha futura equipa e no que respeita às propostas políticas que apresentarei na qualidade de vice-presidente da nova Comissão.

Acredito firmemente na responsabilização, pelo que já coloquei a minha declaração de interesses à disposição do Parlamento Europeu e me comprometo a respeitar plenamente o Tratado e o código de conduta dos comissários. Como sempre fiz durante a minha já longa carreira ao serviço das instituições da UE, tenciono atuar sem receber instruções de organismos externos e no respeito dos direitos e valores fundamentais que estão na base da identidade da União Europeia.

Comprometo-me a assegurar a maior transparência e a tornar públicos todos os contactos e reuniões que tiver com organizações profissionais ou com profissionais independentes sobre qualquer questão relativa à elaboração e execução das políticas da UE, em conformidade com as regras da Comissão aplicáveis.

2. Gestão da pasta e cooperação com o Parlamento Europeu

De que modo avaliaria o seu papel, enquanto membro do Colégio de Comissários? Em que sentido se consideraria responsável e obrigado a prestar contas, perante o Parlamento, por ações suas ou dos seus serviços? Que compromissos específicos está disposto a assumir em termos de reforço da transparência, de maior cooperação e de tomada em consideração efetiva das posições e dos pedidos em matéria de iniciativa legislativa formulados pelo Parlamento? Relativamente às iniciativas programadas e aos procedimentos em curso, está disposto a prestar ao Parlamento todas as informações e documentos em pé de igualdade com o Conselho?

O papel dos vice-presidentes é orientar e coordenar. Vejo o meu papel como um papel de coordenação, assegurando a minha direção e orientação de modo a garantir que todas as áreas de atuação da Comissão sob a minha responsabilidade trabalhem em conjunto para atingir os mesmos objetivos. As responsabilidades da pasta que me foi atribuída enquanto comissário indigitado abrangem algumas das áreas do trabalho da União que pessoalmente considero mais importantes, uma vez que o fio condutor que atravessa todos os domínios de intervenção da minha alçada são as pessoas. As pessoas estão no centro dos nossos trabalhos, quer se fale de melhorar a educação na União, da saúde ou dos nossos esforços para garantir a segurança da nossa União e para consolidar a nossa política de migração. Estes diferentes domínios de trabalho estão explicitamente centrados na melhoria da vida quotidiana das pessoas, dentro e fora da UE. São domínios em que, na minha opinião, a União pode realmente fazer a diferença em termos concretos, no terreno. Procurarei assegurar que o nosso trabalho nesse contexto continue a ser principalmente orientado para as pessoas.

Como indiquei na minha carta de missão, considero que o meu papel de vice-presidente terá um valor acrescentado significativo na coordenação dos trabalhos da Comissão em três grandes áreas: competências, educação e integração; União da Segurança e ameaças híbridas; e um novo Pacto para a Migração e o Asilo, que deverá combinar políticas internas e externas.

Enquanto chefe de gabinete adjunto do vice-presidente responsável pelos Transportes, Energia e pelas Relações com o Parlamento Europeu durante a Comissão Prodi, participei nas negociações de um acordo-quadro interinstitucional entre o Parlamento Europeu e a Comissão. Esta experiência ajudou a formar a minha cultura de trabalho, tanto na Comissão Europeia como no Parlamento Europeu. Um diálogo contínuo e significativo entre a Comissão e o Parlamento Europeu é fundamental para assegurar o respeito dos valores democráticos subjacentes à estrutura da União Europeia. Tenciono aplicar plenamente essa cultura no meu novo papel, colaborando com o Parlamento durante o processo de definição das políticas e no quadro do diálogo político entre as duas instituições, nomeadamente através de uma participação regular nas comissões parlamentares, nos debates a três e nas sessões plenárias do Parlamento Europeu. Uma vez nomeado, tenciono propor um calendário concreto de diálogos estruturais com todas as comissões do âmbito da minha pasta, mas também incentivar todos os comissários sob a minha orientação, na minha qualidade de vice-presidente, a fazerem o mesmo regularmente e com agendas específicas, que nos permitam fazer avançar os nossos trabalhos.

Procurei sempre, em todas as minhas funções políticas na Comissão Europeia, manter um estreito relacionamento com o Parlamento Europeu. Enquanto deputado ao Parlamento Europeu, aprendi em primeira mão o que significa representar e defender os interesses de um círculo eleitoral no contexto mais alargado da Europa, e percebi também como traduzir essa Europa para o vernáculo de cada região. Esse princípio orientará a minha atuação diária na qualidade de vice-presidente. Tenciono trabalhar em estreita colaboração com todas as comissões parlamentares e desempenhar um papel benéfico, na medida em que estarei em posição de discutir com essas mesmas comissões todos os aspetos interligados que constituem a minha pasta.

Com base na minha experiência pessoal, será fundamental que mantenhamos uma relação aberta, transparente e baseada na confiança mútua, e estarei sempre à disposição do Parlamento Europeu, ao longo de todo o meu mandato, para debater quaisquer temas abrangidos pelas minhas competências. Velarei igualmente por que a mesma prática seja seguida pelo meu gabinete, pelos outros comissários, pelos serviços da Comissão e pelos serviços que irão estar sob a minha responsabilidade.

Enquanto antigo deputado ao Parlamento Europeu, estou plenamente consciente da importância da transparência, não só aqui como também muito para além de Bruxelas. Tornarei públicos todos os contactos e reuniões que tiver com organizações profissionais ou com profissionais independentes sobre quaisquer assuntos relativos à elaboração e aplicação das políticas da UE, em conformidade com as normas da Comissão aplicáveis. Trabalharei com o Parlamento de forma transparente e comprometo-me a fazê-lo por via de um diálogo constante e da comunicação e intercâmbio regular de informações com os membros do Parlamento. Velarei também por que o Parlamento Europeu seja regularmente informado, sobretudo antes de eventos importantes e em fases críticas das negociações a nível internacional nos domínios da minha responsabilidade.

A presidente eleita Ursula von der Leyen apoia o direito de iniciativa do Parlamento Europeu e comprometeu-se a que a Comissão dê seguimento às resoluções parlamentares adotadas por uma maioria dos deputados através de um ato legislativo, no pleno respeito dos princípios da proporcionalidade, da subsidiariedade e dos princípios «Legislar Melhor».

Subscrevo integralmente este objetivo e, no âmbito do compromisso assumido pelo futuro colégio no sentido de uma parceria aprofundada com o Parlamento Europeu, trabalharei lado a lado com o Parlamento em todas as fases de discussão das resoluções ao abrigo do artigo 225.º do TFUE. Comprometo-me a trabalhar em estreita colaboração com as comissões parlamentares relevantes e a assegurar uma presença ativa durante a preparação das resoluções ao abrigo do artigo 225.º do TFUE. Acredito profundamente que assim se irá melhorar o diálogo, promover a confiança e um sentimento de trabalho em conjunto para alcançar um objetivo comum.

Por último, comprometo-me igualmente a assegurar que, se o Parlamento adotar uma resolução nos domínios que sejam da minha competência, ajudarei a garantir que a Comissão lhe dê seguimento no prazo de três meses, em conformidade com o acordo-quadro.

Nos casos em que as competências do Parlamento Europeu e do Conselho são idênticas, comprometo-me plenamente a aplicar as disposições do acordo-quadro e do acordo interinstitucional «Legislar Melhor», o que significa que estou disposto a transmitir todas as informações e documentação ao Parlamento em pé de igualdade com o Conselho.

Perguntas da Comissão da Cultura e da Educação

3. Como define o «modo de vida europeu», tendo em conta a diversidade de culturas nacionais em toda a UE? Quais são as suas prioridades políticas nos domínios da educação, da cultura e do desporto? Como avalia a importância e a visibilidade dos programas de financiamento para a educação, a cultura e o desporto? Como perspetiva a possibilidade de sinergias entre os diferentes domínios e programas? Por exemplo, como podem as políticas da educação e da cultura complementar-se? E como garantirá, em termos específicos, que a UE promova uma abordagem inclusiva da aprendizagem e desenvolvimento de competências ao longo da vida com uma forte dimensão de mobilidade? Os diferentes Estados-Membros têm diferentes abordagens do ensino sobre temas da UE. Que utilidade vê nos instrumentos comuns da UE para apoiar os Estados-Membros?

O Tratado recorda-nos que a União Europeia tem as suas fundações no respeito pela dignidade humana *«numa sociedade caracterizada pelo pluralismo, a não discriminação, a tolerância, a justiça, a solidariedade e a igualdade entre homens e mulheres»*. Para mim, ser europeu é respeitar a nossa diversidade e promover um modo de vida que defenda esses valores da inclusão e da solidariedade. Ser europeu significa também, no fundo, proteger os setores mais vulneráveis da sociedade, tanto na União como fora dela.

A diversidade de culturas nos Estados-Membros e nas suas regiões é o nosso património comum, aquilo que nos faz europeus. A cultura europeia é admirada em todo o mundo, facto que devemos celebrar, mas também será preciso contribuir para a sua proteção. O nosso modo de vida europeu implica respeitar e promover a nossa diversidade e pluralismo, preservar o nosso legado cultural comum e estimular a preservação do dinamismo e da criatividade que advêm da cooperação transfronteiriça.

As responsabilidades da pasta que me será atribuída abrangem as áreas da educação e cultura, da segurança, da migração, da saúde e da igualdade. São áreas por via das quais poderemos promover uma Europa inclusiva, justa, dinâmica e que faça verdadeiramente diferença para a

vida das pessoas. Pretendo fazer tudo o que estiver ao meu alcance para tirar o melhor partido das políticas da UE para esse fim.

A educação, a cultura e o desporto são sinónimos do investimento nas pessoas e do envolvimento dos cidadãos em toda a União, mas também do incentivo à inovação. O meu objetivo será aproximar estas políticas entre si, no interesse dos cidadãos europeus. Através de uma cooperação em diferentes línguas, transfronteiras e congregando diferentes disciplinas, podemos, todos juntos, ter um impacto real na resposta aos desafios sociais e à escassez de competências com que nos confrontamos. A educação, a cultura e o desporto podem melhorar o nosso bem-estar, promover a inclusão social e contribuem para a criação de emprego e para o crescimento. A educação para e através da cultura, bem como a cultura na educação, são conceitos que precisamos de continuar a desenvolver. Estou particularmente empenhado em utilizar estas políticas para garantir que as pessoas se sintam parte desta sociedade e estejam equipadas com os conhecimentos, a experiência de vida e as competências que lhes permitirão prosperar. A minha prioridade será garantir que nenhum grupo demográfico fique para trás — e falo dos nossos jovens, dos trabalhadores que precisam de adquirir novas competências ou dos adultos.

No domínio da educação, as orientações políticas salientaram a necessidade de assegurar um dinamismo renovado nos esforços em curso para criar um Espaço Europeu da Educação mais inclusivo e acessível até 2025. É necessário garantir progressos reais na promoção do acesso a sistemas de educação e formação de elevada qualidade e orientados para a inovação. Trabalharei em conjunto com os comissários responsáveis pela Juventude e a Inovação, pelo Emprego e pela Igualdade para eliminar barreiras e superar os obstáculos que impedem a livre circulação dos estudantes, bem como para promover a mobilidade transfronteiras para fins de aprendizagem e a cooperação no domínio da educação e da formação. O novo programa Erasmus proporcionará oportunidades aos indivíduos, organizações e instituições, bem como aos Estados-Membros, para tornar realidade a visão de um Espaço Europeu da Educação: o apoio da presidente eleita ao apelo do Parlamento no sentido de que o orçamento do programa Erasmus seja triplicado tem justamente em mente esse objetivo.

No contexto das transformações sociais, demográficas e tecnológicas, a cultura pode ajudar a criar um sentimento de comunidade. No entanto, de acordo com os dados do Eurostat, mais de um terço dos europeus não participam em atividades culturais. O setor cultural necessita, portanto, do nosso apoio ativo. As políticas que temos aplicado estão fundamentalmente orientadas para a consecução deste objetivo, mas um aumento do financiamento para o programa Europa Criativa será essencial para fazer face a esta evolução negativa da participação cultural na UE.

No que respeita ao desporto, uma das minhas prioridades será colher os seus benefícios enquanto elemento de unificação da nossa sociedade e de todas as comunidades dos nossos Estados-Membros. O desporto pode ter um impacto positivo na sociedade, em termos de saúde, inclusão social e igualdade de género. Temos de garantir a concretização desse potencial, o que significa também que precisamos de atuar ao nível das bases.

A interação mutuamente enriquecedora entre a cultura e a educação deve refletir-se nas políticas da UE. As políticas nos domínios da educação e da cultura desempenham um papel central na promoção da cidadania ativa e dos valores comuns. Combinando entre si esses dois domínios de intervenção, multiplicaremos o seu impacto em termos de criação de um sentimento de pertença. Através do Programa Erasmus+, a Comissão Europeia financiará os

intercâmbios interculturais entre estudantes e apoiará a sua participação em projetos nos domínios do voluntariado e da educação relacionados com o património cultural.

Precisamos de reforçar os nossos modelos educativos, a fim de garantir que os europeus aprendam — e continuem a aprender — ao longo da vida. Na nossa economia e sociedade em rápida evolução, precisamos de ajudar as pessoas a mudar e a adaptar-se ao novo ambiente — incluindo, como exemplo mais evidente, as novas necessidades digitais. O Quadro Estratégico para a Cooperação no domínio da Educação e da Formação, o Espaço Europeu da Educação, a Agenda de Competências para a Europa e o Programa Erasmus+ conferem, em todos os casos, um papel importante à aprendizagem ao longo da vida. A educação na primeira infância, o ensino escolar, o ensino superior, o ensino e formação profissionais, a educação dos adultos — todos estes componentes são essenciais para um ensino que proporcione resultados positivos para os cidadãos e a sociedade em geral. Acredito que podemos continuar a ajudar as pessoas a passar mais facilmente de um setor de ensino ou contexto de aprendizagem para outro, por exemplo proporcionando a difusão das melhores práticas para que as pessoas prossigam a sua educação e formação em diferentes fases da sua carreira, analisando o modo como os sistemas de ensino e formação podem dar resposta a percursos de ensino e formação mais individualizados ou contribuindo para o reconhecimento dos resultados de aprendizagem alcançados fora dos contextos educativos formais.

Trabalharei no sentido de assegurar uma maior acessibilidade a todos os segmentos da sociedade e, em particular, às pessoas pertencentes a minorias e às pessoas com deficiência. Precisamos também de intensificar os nossos esforços em matéria de desenvolvimento e antecipação das competências e de compreensão das pessoas relativamente às suas próprias competências. Esse processo permitirá identificar e colmatar melhor as lacunas em matéria de competências e apoiar o aperfeiçoamento e a reconversão profissional. A exploração da ideia de contas de aprendizagem individuais para as pessoas em idade ativa deve ser integrada nesse objetivo. aguardo com expectativa a oportunidade de trabalhar com os comissários responsáveis pela Juventude e Inovação e pelo Emprego para levar por diante esta agenda.

Embora respeitando plenamente as prerrogativas dos Estados-Membros na organização dos respetivos sistemas de ensino, creio que podemos fazer mais para apoiar os esforços em matéria de ensino sobre a UE. Um passo poderia ser a disponibilização de instrumentos comuns da UE para apoiar os Estados-Membros na identificação dos programas curriculares pertinentes, bem como de ferramentas para ajudar os professores nas salas de aulas. Com base na excelente experiência adquirida com a Ação Jean Monnet a nível do ensino superior, gostaria de promover uma nova iniciativa para apoiar os Estados-Membros no aumento da partilha de conhecimentos na União Europeia.

A realidade é que o potencial de progresso neste domínio não poderá ser alcançado sem dispor do financiamento necessário. Precisamos de sólidos e ambiciosos programas de financiamento para o futuro. É igualmente importante chegar rapidamente a acordo sobre os futuros programas Erasmus+, Corpo Europeu de Solidariedade e Europa Criativa, a fim de evitar um défice de financiamento em 2021. Aplicarei também toda a minha experiência em comunicação para garantir um maior contacto com as populações, para aumentar a sensibilização para as formas como as pessoas poderão tirar partido das oportunidades oferecidas pela UE e para que essas mesmas oportunidades estejam mais acessíveis e sejam mais inclusivas, para benefício de todos.

4. Enquanto Vice-Presidente é responsável por uma série de domínios de intervenção que se enquadram em diferentes pastas dos Comissários. Como pretende trabalhar, por exemplo, com a Comissária para a Inovação e a Juventude, a fim de garantir que a UE adote uma abordagem concertada em matéria de educação, cultura e desporto? Como será assegurada a coordenação no âmbito da Comissão? É especificamente responsável pelo Corpo Europeu de Solidariedade e pela iniciativa DiscoverEU, que, de acordo com a proposta da Comissão, faz parte do programa Erasmus+. De que forma irá assegurar uma abordagem eficaz e concertada da execução destes programas?

A presidente eleita definiu claramente os papéis dos vice-presidentes e dos comissários, no âmbito de uma abordagem dinâmica de «governança integrada». Muitas das nossas políticas estão interligadas, o que significa que só poderemos produzir resultados através de uma abordagem conjunta das diferentes políticas, que preveja sistemas para explorar plenamente as sinergias. Os serviços da Comissão Europeia são centros de excelência nas suas áreas de responsabilidade, mas a organização do trabalho significa muitas vezes que estão alojados em diferentes serviços. Se for confirmado como vice-presidente, utilizarei o meu conhecimento aprofundado do funcionamento da Comissão para coordenar os domínios políticos relacionados com a inclusão do âmbito das competências dos comissários da Inovação e da Juventude, do Emprego, da Igualdade e da Saúde, o que nos permitirá concretizar as nossas prioridades de forma colegial e criativa.

Servi frequentemente em cargos nas instituições que exigiam coordenação e um trabalho em conjunto com diferentes serviços e membros do colégio de comissários. Tenciono trabalhar de forma aberta e colaborativa, ajudando a estabelecer prioridades e a assegurar resultados concretos. A Comissão tem uma experiência considerável na utilização dos vice-presidentes para orientar e coordenar os trabalhos em função das prioridades políticas e não das hierarquias institucionais, o que provou ser uma forma eficaz de eliminar a compartimentação e de assegurar a cooperação entre as diferentes pastas e equipas. Vejo o meu papel como um garante da complementaridade e da coerência entre os diferentes domínios políticos e do aproveitamento das sinergias entre as pastas, bem como de valor acrescentado, através do apoio aos domínios de intervenção sob a minha coordenação. Utilizarei o grupo de comissários a que irei presidir como um fórum através do qual procurarei fornecer orientações estratégicas globais para esse efeito.

Uma das minhas principais funções consistirá em assegurar que os futuros Fundo Social Europeu+ e Erasmus+ promovam a inclusão social, apoiando os mais necessitados e ajudando a reforçar a mobilidade da mão-de-obra em toda a UE. Para a execução dos programas Erasmus, DiscoverEU e Corpo Europeu de Solidariedade, será essencial adotar uma abordagem conjunta. Nas mais de três décadas de experiência com o programa Erasmus e os seus predecessores, construímos um sistema sólido, que funciona em parte a nível nacional e em parte a nível europeu. Chegou a altura de passar para a fase seguinte, ajudando o Erasmus a chegar a todos os cidadãos. As oportunidades conferidas pelo programa devem ser comunicadas às nossas regiões, às nossas comunidades locais mas também a uma variedade de grupos, de modo a assegurar que seja reflexo dos princípios da diversidade e da inclusão inerentes às sociedades europeias. O Corpo Europeu de Solidariedade é mais recente, mas beneficiou da experiência adquirida com o Erasmus, e a minha intenção será assegurar que avance rapidamente e produza resultados tangíveis nos próximos anos. Assegurarei a utilização dos programas Erasmus, DiscoverEU e Corpo Europeu de Solidariedade para capacitar os nossos jovens e oferecer novas oportunidades de mobilidade. No âmbito da

construção de uma União de igualdade, trabalharei também para tornar os programas Erasmus e DiscoverEU mais acessíveis e mais inclusivos e acredito que a complementaridade com o Fundo Social Europeu+ pode ser melhor explorada para este fim.

5. Foi encarregado de supervisionar a educação, a cultura, o desporto e a integração de migrantes e refugiados. Como vê o papel da educação, da cultura e do desporto na promoção de um sentimento europeu de pertença e de comunidades coesas e na promoção da integração das minorias, dos migrantes e dos refugiados, tendo em conta a diversidade das suas origens? Que programas e instrumentos políticos da UE em matéria de educação, cultura e desporto contribuem para alcançar este objetivo e quais as medidas eventualmente necessárias no futuro?

Creio que um novo impulso para a inclusão em todos os domínios deve incluir um impulso forte e renovado de promoção da integração e da inclusão dos migrantes e dos refugiados. Ser europeu significa estar aberto ao mundo, abriremos os nossos corações e as nossas casas aos mais desfavorecidos e a todos aqueles que vivem na nossa sociedade. Os imperativos da demografia e do mercado de trabalho apontam também para a necessidade de uma maior migração legal e da adequação das competências. A integração é fundamental para as pessoas que chegam à Europa, para as comunidades locais e para a saúde a longo prazo da nossa sociedade e da nossa economia. Com efeito, se queremos ajudar as nossas sociedades e economias a prosperar, precisamos de apoiar todos aqueles que a compõem, sendo que a inclusão constitui um direito e um dever de todos.

A educação, a formação e o desenvolvimento de competências serão fundamentais para o êxito da integração dos migrantes e dos refugiados, ajudando as pessoas a instalar-se nos seus novos locais de acolhimento, a prosperarem e a darem o seu contributo. As escolas, os museus, os centros culturais e os campos de jogos podem ser claramente identificados como locais onde se constrói o sentido de comunidade. Em cada cidade e aldeia, é aí que as famílias e os vizinhos se reúnem e interagem. Pela sua presença nesses locais, os migrantes e refugiados recém-chegados beneficiam de múltiplas vantagens: aprendendo a língua do país de acolhimento, construindo as suas redes de interação social, utilizando as suas competências ou desenvolvendo novas competências e adquirindo uma compreensão mais profunda da cultura e dos valores da comunidade.

A participação dos cidadãos na educação, na cultura e no desporto aproxima as pessoas, que irão combater a xenofobia, a exclusão e o discurso do «nós contra eles». Permite que tanto os migrantes como as comunidades de acolhimento tirem o máximo partido das competências disponíveis: quase um quarto dos migrantes possui habilitações superiores, mas não conseguem muitas vezes aproveitar plenamente as suas competências. Mais de 40 % são sobrequalificados para os trabalhos que executam. É um potencial que não nos podemos dar ao luxo de desperdiçar. Ao mesmo tempo, quase um quinto dos migrantes têm apenas o ensino básico e precisam de mais apoio.

A UE pode ajudar a apoiar os esforços dos Estados-Membros neste domínio. O atual Plano de Ação para a Integração de Nacionais de Países Terceiros reuniu, desde 2016, medidas em domínios como a educação, a integração no mercado de trabalho e a participação ativa/inclusão social. Temos de pegar nas histórias de sucesso da sua aplicação e olhar para a forma como poderemos continuar a desenvolver este trabalho.

No domínio da educação, o programa Erasmus+ já ajuda os Estados-Membros a aprenderem uns com os outros e no desenvolvimento de práticas inovadoras no domínio da educação, da juventude e do desporto. Aproxima diretamente as instituições de ensino, as organizações de juventude e os clubes desportivos para a realização de projetos comuns. Apoia a mobilidade e o intercâmbio e trabalha em linha para ajudar os professores a promover o diálogo intercultural nas salas de aula. A iniciativa DiscoverEU promove o sentimento de pertença dos jovens à União Europeia, com novas oportunidades para descobrir o património cultural da Europa. No futuro, gostaria que a componente de educação e aprendizagem cultural deste programa fosse mais desenvolvida. O facto de a iniciativa DiscoverEU já contar com as candidaturas de cerca de 275 000 jovens mostra que existe uma real apetência para a aprendizagem transfronteiras. Do mesmo modo, 160 000 jovens inscreveram-se para participar em atividades de voluntariado, estágios ou atividades profissionais através do Corpo Europeu de Solidariedade. A integração dos nacionais de países terceiros, dos requerentes de asilo e dos refugiados é um dos domínios em que se poderão aproveitar os trabalhos desenvolvidos pelo Corpo Europeu de Solidariedade no sentido de dar resposta aos desafios sociais. O desporto também tem merecido atenção, através dos prémios #BeInclusive UE, que realçam os trabalhos mais importantes para a promoção da integração social na Europa, nomeadamente no que respeita à integração dos migrantes e refugiados, bem como para o aumento da cooperação cultural transfronteiriça e da diversidade nos projetos de cooperação no domínio da cultura.

Todas estas iniciativas da base para o topo permitem que as pessoas demonstrem o seu empenho em dar passos de forma proactiva para apoiar a integração. Olhando para a experiência passada e para os desafios que temos pela frente, temos de continuar a construir desta forma um ecossistema de integração, apoiando os grupos vulneráveis e promovendo a integração através da educação, da juventude, do desporto e da cultura. O financiamento orientado através dos programas Erasmus+, Fundo Social+, Corpo Europeu de Solidariedade e Europa Criativa continuará a ser fundamental para o sucesso.

A minha função de vice-presidente coordenador será explorar as sinergias entre estes diferentes instrumentos de financiamento. No âmbito das propostas da Comissão para o próximo orçamento a longo prazo, a integração mais permanente dos migrantes e refugiados foi incorporada no Fundo Social Europeu+, enquanto a integração inicial dos requerentes de asilo continuará a ser tratada no âmbito do Fundo para o Asilo e a Migração. Entretanto, os programas Erasmus+ e Corpo Europeu de Solidariedade e os fundos para a cultura do programa Europa Criativa continuam a ser instrumentos de financiamento distintos. Significa isto que existe uma grande margem para o desenvolvimento de sinergias mais importantes entre os programas pertinentes, a fim de assegurar que mobilizemos todos os nossos esforços no sentido de alcançar o mesmo objetivo global de uma maior igualdade e inclusão, evitando simultaneamente sobreposições.

Será também necessário analisar a forma como outros programas e políticas da UE podem contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva em todos os domínios. Existem, por exemplo, outras formas de apoiar as escolas na abertura à comunidade em geral, através do envolvimento de diferentes prestadores de aprendizagem formal e não formal, instituições culturais, clubes desportivos e organizações de juventude, o que permitiria claramente ajudar as comunidades de migrantes e de refugiados. Outro exemplo poderia ser o apoio aos professores, educadores e dirigentes escolares no seu desenvolvimento profissional em matéria de métodos de ensino inclusivos. Devemos também ajudar os Estados-Membros, apoiando o reconhecimento das competências e habilitações, bem como a transparência das habilitações obtidas em países terceiros. A ferramenta de definição de perfis de competências

dos nacionais de países terceiros poderá ser uma ajuda efetiva para a integração, apoiando a inclusão nos mercados de trabalho e permitindo identificar oportunidades de formação pertinentes.

Perguntas da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos

6. Quais serão as suas principais prioridades no âmbito da pasta que lhe foi atribuída, e está disposto a apoiar uma alteração ao título da sua pasta? Uma vez que a sua pasta se sobrepõe, em grande medida, à pasta da Comissão dos Assuntos Internos, pode identificar especificamente os domínios pelos quais será responsável e os domínios que serão da responsabilidade da Comissão dos Assuntos Internos? Como pretende garantir que não haverá uma duplicação de responsabilidades que conduza a que certos domínios de intervenção sejam negligenciados? Compromete-se a comparecer perante a Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos sempre que solicitado e, pelo menos, duas vezes por ano?

Respeito pela dignidade humana, liberdade, democracia, igualdade, Estado de direito e respeito pelos direitos humanos, incluindo os direitos das pessoas pertencentes a minorias, pluralismo e igualdade entre homens e mulheres — são estes os valores e princípios em que assenta a nossa União. Foi por esses valores, que nunca poderemos dar por adquiridos, que as gerações que nos precederam lutaram.

Ser europeu significa proteger aqueles de entre nós que se encontram numa situação mais vulnerável. Dispor de sistemas de saúde e bem-estar a que todos possam ter acesso. Ter as mesmas oportunidades. Significa garantir que as pessoas estejam equipadas para prosperar à medida que a nossa sociedade e os nossos mercados de trabalho vão evoluindo. Significa também uma forte dimensão europeia para a cultura e o desporto, como pedras angulares das nossas comunidades e fios condutores da nossa economia. Significa um sentimento de segurança nas nossas ruas, nas nossas casas e em todos os locais nos quais gostamos de nos reunir, trocar experiências e viver em conjunto. Ser europeu significa estar aberto ao mundo, abrirmos os nossos corações e as nossas casas aos mais desfavorecidos. Significa defender os mesmos direitos, princípios e valores em todo o mundo.

É isto que define os europeus e são estes os valores e princípios que assumi como minha missão promover — com os meus colegas e convosco, o Parlamento Europeu. Será essa a essência do meu trabalho, se a minha nomeação vier a ser confirmada.

E é essencial que este trabalho seja realizado com base nos princípios da não discriminação, do respeito mútuo e do apoio às pessoas vulneráveis, nomeadamente em termos de integração das pessoas que pretendem construir uma nova vida na Europa. A minha prioridade é garantir a concretização do real valor acrescentado que a UE pode proporcionar na condução de uma sociedade coesa e inclusiva. Esse processo passa por proporcionar às pessoas os instrumentos e o apoio de que necessitam para crescer como indivíduos. Significa também proporcionar o ambiente seguro e a paz de espírito de que todos precisamos. Significa prestar especial atenção e dar apoio específico às pessoas vulneráveis e às pessoas necessitadas, na Europa mas também fora dela.

O papel dos vice-presidentes é orientar e coordenar. Vejo o meu papel como um papel de coordenação, assegurando a minha orientação de modo a garantir que todas as áreas de

atuação da Comissão integradas na minha pasta trabalhem em conjunto para atingir os mesmos objetivos e que não existam duplicações.

Penso que o meu papel de vice-presidente terá um valor acrescentado significativo na coordenação dos trabalhos da Comissão. Em primeiro lugar, no domínio da inclusão e integração, em que trabalharei com os comissários para o Emprego, os Assuntos Internos, a Juventude e a Inovação, a Igualdade e a Saúde e com os respetivos serviços no sentido de promover uma União igualitária a todos os níveis, nomeadamente no que se refere à integração dos nacionais de países terceiros.

Em segundo lugar, no domínio da migração, em que trabalharei com os meus colegas para construir um novo Pacto para a Migração e o Asilo, combinando as políticas internas e externas. As medidas a adotar deverão, portanto, atravessar barreiras organizacionais internas. Só poderemos responder aos desafios de forma sustentável através de uma abordagem abrangente, que considere questões como as vias legais, as fronteiras, o asilo, o regresso e a colaboração estreita com parceiros fora da União Europeia. O meu trabalho será assegurar que todas estas peças encaixem umas nas outras. O meu trabalho será também assegurar que em todas as políticas relacionadas com a migração o nosso trabalho continue a ser centrado nas pessoas, com soluções que respeitem os nossos valores de solidariedade, humanidade e tolerância.

Por último, o meu papel de coordenação trará um real valor acrescentado para os trabalhos da Comissão no que respeita à União da Segurança e, nomeadamente, às ameaças híbridas, questões que tratarei em conjunto com os comissários responsáveis pelos Assuntos Internos, a Igualdade, o Mercado Interno e respetivos serviços e em colaboração com o Alto Representante/Vice-Presidente para a pasta «Uma Europa mais forte no mundo».

Nos últimos anos, tornou-se cada vez mais evidente que a segurança dos cidadãos da UE só pode ser garantida através de um esforço conjunto a nível nacional e da UE. O meu papel será orientar os trabalhos no domínio da União da Segurança, congregando os esforços da Comissão em todos os setores e domínios ligados à negação dos meios de ação aos terroristas, à luta contra a criminalidade grave e transfronteiriça, à proteção dos cidadãos europeus em linha e à luta contra a cibercriminalidade, colmatando as lacunas de informação e promovendo a cooperação policial transfronteiras. Utilizarei também a abordagem geopolítica e de governação integrada que constituirá a marca distintiva da Comissão von der Leyen a fim de aprofundar a cooperação para o reforço da resiliência da UE face às ameaças híbridas.

Todas estas prioridades envolvem uma série de diferentes domínios de intervenção e será necessário investir para assegurar que os nossos instrumentos, recursos e valores sejam aplicados da forma mais eficaz. Considero que essa é exatamente a razão pela qual precisamos da criativa organização do colégio que foi definida pela presidente eleita, na qual o papel abrangente dos vice-presidentes complementar os objetivos políticos dos diferentes comissários. Embora cada comissário seja responsável pela condução das diferentes políticas da alçada dos serviços que dirige, muitas questões serão cobertas por vários serviços. Por conseguinte, considero que me incumbirá reunir todas as perspetivas em relação a uma determinada política, por exemplo a educação e as competências, a migração e as competências ou os múltiplos aspetos da segurança. Procurarei maximizar as sinergias e minimizar o risco de lacunas. Ao trabalhar com os comissários responsáveis pelos Assuntos Internos, pela Justiça, pela Igualdade, pela Saúde, pela Inovação e a Juventude, mas também com muitos outros colegas, procurarei reunir de formas criativas as diferentes políticas, de

modo a encontrar soluções comuns que respeitem os nossos valores e as nossas responsabilidades. Atribuo também uma profunda importância ao papel da Comissão na construção de consensos, através da abertura, da consulta e da responsabilização. Para o efeito, iremos criar mecanismos de coordenação com uma agenda específica e uma visão orientada para resultados concretos.

A minha experiência parlamentar deixou-me convicto de que é também essencial manter um diálogo franco e político com o Parlamento Europeu, baseado na abertura, na transparência e na confiança mútua. Estão em causa domínios de grande interesse público, nos quais será essencial que os cidadãos possam ver que existe uma responsabilização democrática efetiva. Não consigo conceber o cumprimento das minhas responsabilidades enquanto comissário sem um intercâmbio constante com o Parlamento e as suas comissões, e considero que as minhas responsabilidades de coordenação à frente de um grupo de comissários incluem a obrigação de assegurar um diálogo regular a nível político com o Parlamento sobre todas as questões em discussão. Comprometo-me a informar-vos aqui, neste Parlamento, sempre que tal me seja solicitado e, mais importante ainda, de forma regular; e tenciono dedicar tempo a todas as comissões ligadas aos domínios da minha pasta, no meu papel de coordenação, a fim de sondar todas as perspetivas.

7. A que formas de migração legal irá dar prioridade como parte essencial de uma abordagem holística da migração no novo pacto para a migração e o asilo? Como garantirá que as iniciativas de pequena escala, como os projetos-piloto de migração laboral em curso coordenados pela Comissão, sejam expandidas para promover uma maior mobilidade da mão-de-obra em diferentes níveis de competências na UE? Compromete-se a garantir que as negociações sobre o «Cartão Azul» sejam desbloqueadas e a adotar uma abordagem mais coerente da migração legal, através da criação de oportunidades de migração legal para trabalhadores com baixa e média qualificação, com base nas exigências do mercado de trabalho da UE? Compromete-se a promover, tanto a nível interno como externo, os instrumentos da UE em matéria de migração legal, nomeadamente as diretivas «Cartão Azul», «Trabalhadores Sazonais», «Estudantes e Investigadores», «Reagrupamento Familiar» e, no futuro, o Quadro de Reinstalação da União e o visto humanitário? Que iniciativas irá desenvolver para assegurar a integração de nacionais de países terceiros em comunidades locais coesas em que a exploração seja prevenida? Que apoio espera da UE para a realização deste objetivo¹?

Desenvolver as oportunidades para uma migração legal constitui uma das prioridades fundamentais para o mandato da Comissão von der Leyen. Considero que a migração legal serve vários objetivos. Em primeiro lugar, a migração legal pode ajudar a dar resposta às realidades demográficas e às necessidades da economia europeia em termos de mercado de trabalho, perante uma corrida mundial ao talento. Em segundo lugar, pode oferecer uma alternativa segura às pessoas que, de outro modo, poderiam ser levadas a utilizar rotas perigosas e irregulares para chegarem à Europa. Em terceiro lugar, a migração legal é também um elemento fundamental nas relações de longo prazo com os parceiros de fora da UE, que querem ver a abertura de oportunidades para os seus cidadãos e se apercebem dos benefícios de desenvolver uma população mais qualificada.

¹ Se a pergunta 1 se tornar redundante, a presente pergunta poderá ser dividida em duas, a fim de refletir melhor as disposições do artigo 3.º, n.º 5, do Anexo VII do Regimento do Parlamento.

A migração legal é, por conseguinte, um elemento fundamental da combinação de políticas para assegurar uma política de migração racional. Teremos, no entanto, de ultrapassar as hesitações de alguns Estados-Membros.

Em termos da evolução futura dos instrumentos da UE atualmente em vigor em matéria de migração legal, devemos analisar a melhor forma de os aplicar e fazer valer, bem como os aspetos em que poderão ser melhorados, e aprofundar a cooperação com os Estados-Membros e as partes interessadas na migração laboral, uma vez que existem diversos obstáculos que entravam a capacidade da UE para atrair trabalhadores altamente qualificados. Tenciono investir e trabalhar em estreita colaboração com os comissários responsáveis pelos Assuntos Internos e pelo Emprego a fim de encontrar uma solução que permita dar resposta a quaisquer problemas que venham a surgir e desbloquear o atual impasse.

Uma parte importante dos nossos acordos com países terceiros incluirá uma componente de migração legal. Trabalharei em estreita colaboração com o Alto Representante/Vice-Presidente e com os outros comissários a fim de assegurar a coerência das dimensões externa e interna deste importante domínio de intervenção. Os projetos-piloto em curso demonstram justamente a existência da necessária cooperação produtiva entre os Estados-Membros, os países terceiros e os empregadores. Com base nestas considerações, irei explorar regimes de migração legal modernos e específicos, que respondam às necessidades da economia da UE, do mercado de trabalho e dos desafios demográficos. O apoio atualmente prestado ao abrigo do Fundo Fiduciário para África provou ser um estímulo eficaz para estes projetos-piloto, pelo que será necessário manter a possibilidade de recorrer ao financiamento da UE.

A efetiva integração dos migrantes que residem legalmente na UE é crucial para a coesão das nossas sociedades. Nos últimos anos registou-se a chegada ao território dos Estados-Membros de muitos nacionais de países terceiros, cuja integração efetiva constitui simultaneamente um direito e um dever. A UE pode desempenhar um papel fundamental no apoio aos esforços dos Estados-Membros neste domínio, facilitando o intercâmbio de boas práticas e a aprendizagem mútua. As soluções terão de ser adotadas da base para o topo e não impostas a partir de cima, o que significa apoiar e trabalhar com as comunidades locais, que estão em posição de saber o que funciona melhor em cada região. Devemos aproveitar os exemplos positivos, como a Parceria Europeia para a Integração no mercado de trabalho ou a Parceria para a inclusão de migrantes e refugiados no âmbito da Agenda Urbana.

O financiamento da UE constitui um elemento fundamental neste contexto. No âmbito das propostas para o próximo orçamento a longo prazo, a integração mais permanente dos migrantes e refugiados será incorporada no Fundo Social Europeu+, enquanto a integração inicial dos requerentes de asilo deverá continuar a ser apoiada no âmbito do futuro Fundo para o Asilo e a Migração. As minhas funções passarão por assegurar que o futuro Fundo Social Europeu+ promova a inclusão social, apoie os mais necessitados e ajude a reforçar a mobilidade da mão-de-obra em toda a UE, o que representa, aos meus olhos, uma oportunidade para fazer com que a integração dos migrantes e dos refugiados seja contemplada em todos os domínios de intervenção.

A melhoria das vias legais e seguras de entrada na UE para os nacionais de países terceiros que necessitam de proteção internacional será um componente essencial de qualquer política de migração da UE, o que demonstra de forma concreta o imperativo humanitário que deve

orientar o nosso trabalho. O facto de dois programas de reinstalação da UE terem, desde 2015, ajudado quase 60 000 das pessoas mais vulneráveis e que necessitavam de proteção internacional a encontrar abrigo na UE constitui uma fonte de orgulho, mas é necessário assegurar a continuidade desses esforços, a começar pela conclusão do quadro de reinstalação da União.

Trabalharei também com o Alta Representante/Vice-Presidente e com o comissário responsável pelos Assuntos Internos no sentido de abrir novos corredores humanitários. Para que estes corredores humanitários possam funcionar, precisam de se apoiar nos locais de reinstalação na UE, pelo que esses dois instrumentos devem evoluir em conjunto.

Uma vez adotado o quadro de reinstalação da União, deveremos ponderar se serão necessárias medidas adicionais para a admissão por motivos humanitários.

8. Como Vice-Presidente indigitado será responsável pela coordenação da União da Segurança. Como garantirá que o conjunto de instrumentos em vigor no domínio da segurança seja adequado e aplicado de forma plena e correta e que não existam falhas? Continuará a prestar informações sobre os progressos realizados para uma União da Segurança, analisando quais as principais lacunas da União Europeia da Segurança que ainda subsistem e a forma como estas podem ser abordadas? Analisará igualmente a forma como os instrumentos e ferramentas em vigor são aplicados pelos Estados-Membros, se a exatidão dos dados é verificada e se as vias de recurso são aplicadas quando necessário e quando os direitos e liberdades fundamentais estiverem em risco ou forem violados, sendo a Comissão a guardiã dos Tratados? Como tenciona assegurar que todas as medidas de segurança propostas respeitam plenamente os direitos fundamentais, os princípios da necessidade e da proporcionalidade e, sobretudo, não implicam uma recolha indiscriminada de dados nem a vigilância em larga escala, e como irá abordar a aplicação das medidas existentes a este respeito? Assumirá uma posição mais firme contra os Estados-Membros que não apliquem medidas de segurança em tempo útil, dando início a processos por infração imediatos?

Tal como sublinhado nas orientações políticas, não podemos poupar esforços no que respeita à proteção dos nossos cidadãos. A primeira prioridade estabelecida pelo Conselho Europeu na sua Agenda Estratégica para o período 2019-2024 diz respeito à proteção dos cidadãos e das liberdades. A UE pode apoiar os Estados-Membros na proteção dos cidadãos, de forma mais evidente em domínios com uma forte dimensão transfronteiriça como o terrorismo, a criminalidade organizada ou a cibercriminalidade, bem como através da garantia de uma forte dimensão de segurança em políticas que vão do setor digital à energia, passando pelos serviços financeiros ou pelas fronteiras. Utilizarei as minhas responsabilidades transversais para assegurar que continuemos a avançar na criação de uma genuína e efetiva União da Segurança. Comprometo-me igualmente a continuar a elaborar relatórios periódicos sobre a União da Segurança e a partilhar informações com o Parlamento.

A UE desenvolveu uma vasta gama de instrumentos e políticas para apoiar a segurança interna, mas subsistem desafios e lacunas que impedem o pleno aproveitamento do potencial da União da Segurança — numa altura em que enfrentamos um cenário de ameaça em constante evolução e que exige uma constante vigilância e capacidade de adaptação.

Trabalharei para colmatar as lacunas de informação através da implementação de propostas de interoperabilidade, que serão particularmente importantes no momento em que iremos lançar

novos sistemas de informação sob a forma do Sistema de Entrada/Saída, do Sistema Europeu de Informação sobre as Autorizações de Viagem (ETIAS) e do Sistema Europeu de Informação sobre os Registos Criminais (ECRIS).

Graças ao trabalho árduo do Parlamento, bem como do Conselho, todas estas propostas já foram adotadas, e estou determinado a que sejam aplicadas. Nunca deixarei de ter em atenção a aplicação daquilo que acordámos coletivamente. A Comissão poderá apoiar os Estados-membros nesse processo fornecendo-lhes apoio financeiro, assistência jurídica e aconselhamento prático. A Comissão deve também utilizar o seu papel de guardião dos Tratados para assegurar a realização daquilo que foi coletivamente acordado, garantindo em permanência o pleno respeito dos direitos fundamentais.

A aplicação desta legislação já contribuirá para melhorar a cooperação transfronteiriça, mas precisamos de fazer mais para ajudar a modernizar os instrumentos que podem ser utilizados para efeitos de aplicação da lei e para adaptar esses mesmos instrumentos ao novo ambiente de segurança na era digital. Devemos criar uma melhor cultura de cooperação transfronteiras, para ajudar a evitar o risco de que criminosos organizados explorem as diferenças nas abordagens nacionais ou para combater as oportunidades que o ciberespaço proporciona à criminalidade. Devemos congregiar os nossos recursos e conhecimentos especializados, de modo a que nenhum Estado-Membro seja deixado para trás e que não surjam novas lacunas em matéria de segurança.

Todo este processo exige uma abordagem assente nas estruturas e agências existentes, no diálogo com os Estados-Membros e centrado na forma como medidas práticas ao nível da cooperação na UE poderão contribuir para assegurar a aplicação da legislação em vigor. Será necessário um quadro jurídico claro, que facilite a cooperação entre as autoridades e também com o setor privado, no pleno respeito dos direitos fundamentais. O que afeta um afeta-nos a todos: precisamos de promover a cooperação não só entre as autoridades como também entre as diferentes comunidades. Para melhor combater o abuso sexual de crianças em linha, por exemplo, os prestadores dos serviços que são utilizados pelos criminosos deverão trabalhar em conjunto com as autoridades responsáveis e com os educadores e os serviços sociais no sentido de reforçar a prevenção, de melhor partilhar as informações sobre os abusos detetados, de identificar e resgatar as vítimas ou de identificar e processar os seus autores. É neste contexto que a Comissão precisará de criar um espaço para um diálogo produtivo e uma cooperação prática.

Os desafios estratégicos com que nos confrontamos atualmente são de tal ordem que precisamos de fazer mais e melhor. A segurança é um elemento essencial para diversas políticas da UE. Precisamos portanto de recorrer a todas as políticas e capacidades de que dispomos e, em particular, de assegurar um quadro coerente para uma coordenação eficaz.

A Comissão já dedica especial atenção à necessidade de congregação das políticas e dos instrumentos da UE neste domínio. Na qualidade de vice-presidente, tenciono tomar como base a abordagem de forte coordenação interna subjacente à União da Segurança. Essa será também a melhor forma de garantir a integração coerente dos direitos fundamentais em todas as nossas políticas. Precisamos de ajudar a manter os cidadãos em segurança e protegidos da criminalidade mais perigosa e dos ataques terroristas — mas, por outro lado, a política de segurança só poderá ser sustentável se respeitar os nossos direitos fundamentais. Tanto o objetivo político de proteger os nossos cidadãos como o respeito pelos direitos fundamentais deverão ser integrados nos diferentes domínios políticos logo a partir das suas fases mais

precoces. Esta será uma das principais funções do grupo de comissários responsável pela proteção do modo de vida europeu, com a intervenção não só do vice-presidente responsável pela pasta «Valores e Transparência» como também do Alto Representante/Vice-Presidente responsável pela pasta «Uma Europa mais forte no mundo», de modo a assegurar uma melhor coordenação dos nossos trabalhos ao nível da segurança interna e externa.

Sentirmo-nos seguros e protegidos na nossa própria casa é o mais básico e universal dos direitos. Contudo, nenhum direito é absoluto, e o direito à segurança deve ser conciliado com o direito à privacidade e à proteção dos dados pessoais. O respeito pelos direitos fundamentais deve portanto continuar a ser uma das características essenciais da política de segurança da UE, em linha com as obrigações jurídicas decorrentes dos Tratados. Para além do controlo jurisdicional efetivo do Tribunal de Justiça da União Europeia, a Comissão criou vários mecanismos para integrar sistematicamente os direitos fundamentais na formulação das propostas legislativas e na definição das políticas. Estou plenamente consciente da sensibilidade desta questão e da importância de testar medidas de segurança que permitam assegurar o respeito dos direitos fundamentais. Velarei também pelo respeito dos acórdãos do Tribunal de Justiça da União Europeia, o que passa pelo pleno respeito da proporcionalidade e da subsidiariedade, bem como por mecanismos de governação que permitam o acesso a vias de recurso. O Parlamento Europeu desempenha neste contexto um papel fundamental, que tentarei sempre promover e viabilizar.

A Comissão deverá continuar igualmente a exercer o seu papel de guardião dos Tratados e iniciará processos de infração sempre que necessário para assegurar a transposição integral e a efetiva aplicação da legislação da UE. Esta abordagem será igualmente acompanhada por uma total disponibilidade para participar nos debates sobre as formas de superar quaisquer obstáculos práticos e de ajudar os Estados-Membros a avançar. Todos estes elementos serão integrados na abordagem transparente e orientada para os resultados que gostaria de promover por forma a concretizar efetivamente a União da Segurança, dando resposta às expectativas dos cidadãos.